

Paper do NAEA Volume 29

Lazer e turismo nos jardins botânicos de Belém (PA): um estudo do jardim botânico Rodrigues Alves e do parque zoobotânico do museu Emílio Goeldi

Janise Maria Monteiro Rodrigues Viana¹
Helena Dóris de Almeida Barbosa²
Lígia Terezinha Lopes Simonian³



RESUMO

O lazer e o turismo são práticas que envolvem relações sociais, culturais e ambientais, a fim de satisfazer a necessidade humana de quebra da rotina. Os jardins botânicos se configuram em espaços ideais para tanto. Neste contexto, este artigo revela o modo como são usufruídos o Jardim Botânico Rodrigues Alves e o Parque Zoobotânico do Museu Emílio Goeldi, como espaços de lazer e turismo em Belém (PA), destacando as múltiplas funções ecológicas, ambientais, educacionais e estética desses espaços. Para tanto utiliza-se a pesquisa bibliográfica, documental, de campo, com observação direta e registro fotográfico. Os dados evidenciaram que tais espaços, mesmo recebendo expressivo e diversificado contingente de frequentadores, apresentam algumas limitações, principalmente no que diz respeito à infraestrutura e à divulgação de seus atrativos. Os resultados apontam que, além de estimularem a sensibilização ambiental, o estudo, a convivência com a biodiversidade amazônica e o lazer, os dois parques contribuem para a qualidade de vida da população urbana local e flutuante.

Palavras-chave: Atividade Turística. Lazer. Áreas Verdes Urbanas. Ambiente Natural.

1 Doutoranda em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. NAEA. Universidade Federal do Pará. E-mail: janise_viana@hotmail.com.

2 Professora Doutora e pesquisadora do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/Faculdade de Turismo da Universidade Federal do Pará; E-mail: hdoris65@gmail.com.

3 Ph.D em Antropologia pela Universidade da Cidade de Nova Iorque (CUNY), Pós-Doutora, professora e pesquisadora do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA); E-mail: simonianl@gmail.com.

ABSTRACT

Leisure and tourism are practices that involve social, cultural, and environmental connections to satisfy the human need to break the routine. Botanical gardens are ideal spaces for such practices. Thus, the article reveals how the Jardim Botânico Rodrigues Alves, as well as the Zoo and Botanical Park Museu Emílio Goeldi (Belém-Pa), are used as leisure and tourism spaces in Belém / PA their multiple ecological, environmental, educational along with aesthetic functions. For this purpose, bibliographic, documentary, field research with direct observation and photography records were used. The data showed that such spaces have some limitations, especially in terms of infrastructure and marketing, despite receiving an abundant and diverse contingent of regulars. In addition to stimulating environmental awareness, education, intimacy with Amazonian biodiversity, and leisure, the parks contribute to the life quality of the local and floating urban population.

Keywords: Tourist Activity. Leisure. Urban Green Areas. Natural Environment.

INTRODUÇÃO

O lazer, como necessidade e prática social presentes de maneiras diferenciadas nas sociedades humanas, permite a compreensão das transformações que se processam no tempo e no espaço. Refletir sobre tal dinamicidade leva ao entendimento dos elementos que influenciaram e determinaram sua prática. Trata-se de experiência única do indivíduo, representada pela busca da sensação de satisfação, desprovida de obrigatoriedade, visando à manutenção do equilíbrio psíquico, social e físico.

Dentre as diversas dimensões do lazer, está a atividade turística, a qual caracteriza-se como um fenômeno marcante na sociedade atual. O turismo revela-se, acima de tudo, como uma atividade que envolve a dinâmica das relações sociais, as questões culturais, a relação com a natureza, o exercício do lazer e o ambiente em que tais práticas se desenvolvem. Em essência, pode-se dizer que é um fenômeno social muito presente na sociedade contemporânea, o qual vem satisfazer a necessidade humana de ir além de seus limites, de sair da rotina, de conhecer e explorar o desconhecido.

Nessa perspectiva, os Jardins Botânicos como espaços de lazer também podem ser classificados como espaços turísticos, pois visam oportunizar mudança de paisagem, pesquisa, saída da rotina, por meio da observação, da sensação de outros modos de vida e do contato com a natureza. Partindo desse pressuposto, este artigo revela um olhar acerca do Bosque Rodrigues Alves Jardim Botânico da Amazônia e do Parque Zoobotânico do Museu Emílio Goeldi (Figura 01), na cidade de Belém, capital do Pará, como espaços de lazer e turismo. Ambos são considerados como jardins botânicos e áreas verdes urbanas, os quais apresentam funções ecológicas, ambientais, estética, de lazer, além de atrativos turísticos.

Mapa 1: Localização das áreas do Bosque Rodrigues Alves e Museu Goeldi



Fonte: Viana, Viana, 2020.

Segundo Beni (2004), a inclusão dos jardins botânicos na lista de categorização de atrativos turísticos é dada em decorrência de essas instituições serem concebidas e destinadas à

conservação e à multiplicação de espécies animais e vegetais, além de objetivarem a preservação e a visitação pública. Essa visitação pode ser realizada tanto por habitantes locais como por turistas. E, ainda de acordo com Beni (2004), esses espaços são considerados equipamentos turísticos, que contam com áreas destinadas ao lazer com tratamento paisagístico.

Nesse sentido, objetiva-se fazer nesta pesquisa uma correlação entre a prática do turismo, a atividade de lazer e a disponibilidade de áreas naturais urbanas, neste caso, os jardins botânicos de Belém. Procura-se demonstrar a compreensão do Bosque Rodrigues Alves Jardim Botânico da Amazônia e o Parque Zoobotânico do Museu Emílio Goeldi como espaços de lazer e turismo, assim como analisar a dinamicidade das visitas nestes.

Este artigo está embasado a partir de uma abordagem qualitativa-quantitativa, pois por meio desta é possível evidenciar as múltiplas facetas do fenômeno investigado, atendendo aos propósitos das autoras em relação à pesquisa desenvolvida. Em consonância com Minayo (2001), assume-se a perspectiva de que dados qualitativos e quantitativos não se opõem, ao contrário, se complementam. Tendo em vista isso, este estudo envolveu discussões sobre os termos lazer, turismo e jardins botânicos, e simultaneamente o emprego de instrumentos estatísticos na análise dos dados.

Em relação aos instrumentos metodológicos aplicados, destacam-se a utilização de pesquisa bibliográfica e documental, a realização de registros escritos, gravados, fotográficos, a organização de um roteiro de entrevistas semiestruturadas, a partir de Malterud (2001) e Yin (2010), e a utilização de observação simples em campo. As pesquisas de campo foram realizadas no Bosque Rodrigues Alves Jardim Botânico da Amazônia e no Parque Zoobotânico do Museu Paraense Emílio Goeldi. As coletas de dados ocorreram em outubro de 2019, no período matutino e vespertino.

Foram realizadas entrevistas com duas categorias de entrevistados: turistas e habitantes locais. A escolha deles foi aleatória. Antes da aplicação do instrumento, foram esclarecidos aos participantes seus objetivos. Foram realizadas 20 entrevistas em cada instituição. Tais entrevistas duraram em média uma hora e obtiveram autorização para serem gravadas e transcritas

Com base em Simonian (2007; 2006), destaca-se que foi fundamental, para a construção desta pesquisa e alcance de seus objetivos, o uso de pesquisa e registros fotográficos de elementos paisagísticos relevantes dos espaços analisados. Segundo as palavras de Simonian (2006, p.4), “[...] o uso de imagens nos registros do conhecimento contribui significativamente no sentido de identificar, analisar e entender o imaginário, as sensações e mesmo as realidades materiais.”

Em função da relevância para Belém e de seus moradores, os jardins botânicos Rodrigues Alves e o Parque Zoobotânico do Museu Emílio Goeldi foram selecionados como loci para estudo de caso. A seleção desses espaços para análise também aponta para o desejo de se contribuir para com a produção científica no que se refere à temática do turismo, lazer e jardins botânicos na Amazônia brasileira.

LAZER E TURISMO EM PARQUES URBANOS

A prática do lazer vem sendo percebida ao longo do tempo não só como uma atividade cultural e econômica, mas também como uma necessidade humana. Entende-se como lazer a ação que o indivíduo realiza de livre e espontânea vontade, depois de cumpridas as suas obrigações.

De acordo com Dumazedier (2004; 2001), este tem três funções: o descanso, no sentido de liberar-se da fadiga, recompondo-se física e mentalmente; a diversão e recreação com fins de equilíbrio junto às limitações da dinâmica social; e o desenvolvimento da personalidade e sociabilidade, quando o indivíduo adquire também informação e conhecimento.

O lazer implica escolhas pessoais circunscritas na realidade de cada indivíduo, grupo social e/ou sociedade. Camargo (1986), Dumazedier (2004), Gomes (2008) e Marcelino (2000) recuperam a trajetória histórica desta atividade, que possivelmente teria como marco referências à Idade Antiga ou à Revolução Industrial, momento da ruptura do tempo da natureza que cede ao tempo do relógio o caráter de marcador do cotidiano social. Marcelino (2001) enfatiza que o lazer como fenômeno social pode ser analisado, a partir do enfoque comercial, como produto a ser consumido para que os indivíduos possam suportar as pressões cotidianas, e, a partir de um enfoque mais amplo, como tempo livre, que apresenta valores levando à reflexão da realidade.

Melo e Alves Junior (2003, p. 32) assim compreendem o lazer:

[...] atividades culturais em seu sentido mais amplo, englobando os diversos interesses humanos, suas diversas linguagens e manifestações [...] são buscadas tendo em vista o prazer que possibilitam, embora nem sempre isso ocorra e embora o prazer não deva ser compreendido como exclusividade de tais atividades.

Neste contexto, o lazer se configura a partir de uma multiplicidade de opções que podem ser realizadas individualmente, coletivamente, em espaços abertos, fechados, presencialmente e/ou virtualmente, presentes em sociedades rurais e/ou urbanas. No Brasil, o reconhecimento legal do tempo livre foi fruto de árduas conquistas dos trabalhadores, as quais se concretizaram com a consolidação das leis trabalhistas na década de 1940 e com o crescimento da produção interna.

A partir de então, o reconhecimento de sua prática se tornou matéria constitucional, passando o trabalhador a ter reconhecida sua necessidade e seu direito. O lazer, portanto, passou a ser considerado uma atividade imprescindível ao ser humano. É nesse sentido que Andrade (2001, p. 109) reconhece-o como prática que colabora para o aumento da qualidade de vida dos indivíduos:

[...] o trabalho e as apreensões desgastam as pessoas e lhes causam diferentes tensões e cansaços. O lazer as revigora psicológica e fisicamente, as relaxa e as ajuda a viver com alegria, tornando-as produtivas, realistas e, talvez otimistas com respeito a perspectiva que alimentam.

Costa (2009) afirma que dinâmicas sociais presentes em todas as sociedades, sejam simples ou complexas, abrangem duas dimensões, a do trabalho responsável pela subsistência, e a do lazer, produtora de alívio e contrapondo-se as obrigações laborais. “O lazer emerge então como um produto típico das sociedades saídas da revolução industrial, apresentando-se como atividades recreativas, lúdicas e instrutivas que deveriam colaborar com a formação moral do trabalhador” (COSTA, 2009, p. 27). No entanto, a centralização dos poucos equipamentos de lazer existentes em Belém, associada a questões financeiras, à segurança e à popularização da tecnologia, impulsiona os indivíduos a perceberem suas residências, condomínios e ruas como equipamentos de lazer. Deste modo, estabelece-se o distanciamento do ambiente natural e de suas possibilidades.

Tratar o lazer como um fator social é tratar de uma política de lazer, o que aponta para a necessidade de se criarem políticas que proporcionem condições para que seja realizado de maneira justa, saudável e acessível. A acessibilidade passa não só por atender pessoas de diversas faixas etárias, principalmente os idosos e pessoas com deficiência, mas também por se desenvolverem ações que proporcionem condições para que o lazer transcorra de maneira igualitária: redução de jornadas de trabalho, mas sem redução de salários, qualidade de transportes urbanos, descentralização das estruturas de lazer, profissionais qualificados para atuar no lazer, dentre outros. Há que se planejar ações integrando aspectos sociais, ambientais, cultura e lazer, pautados na perspectiva da sustentabilidade e interdisciplinaridade.

A expansão urbana vem restringindo as possibilidades da prática de lazer em ambientes naturais nas cidades de porte grande. Tais espaços constituem-se, quando presentes em áreas urbanas, em “ilhas naturais”, criadas para atender as necessidades de lazer e turismo nas grandes urbes. Gastal e Silva (2015, s.p.) alertam que “[...] a urbanização do Planeta e os crescentes índices populacionais trazem consigo a maior procura por lazer, sendo os parques, como os Jardins Botânicos, uma das áreas demandadas”.

Neste contexto, o turismo se configura como uma das muitas possibilidades de lazer, que envolve essencialmente o deslocamento das pessoas. Pode ser caracterizado como uma manifestação contemporânea do lazer, pois a partir das viagens e dos deslocamentos o indivíduo busca sair da rotina por meio do contato com outras culturas e/ou outros ambientes.

O turismo como atividade econômica se consolida a partir da revolução industrial, direcionado a uma elite que apresentava as condições necessárias para seu usufruto. Tal trajetória vem sendo pautada por ações empresariais e políticas públicas que associadas ao avanço tecnológico impulsionaram a melhoria dos equipamentos e serviços turísticos.

Nesse contexto, Franzini (2003, p. 9) destaca a importância e os efeitos da atividade turística por meio das viagens:

A opção pelas viagens para a ocupação do tempo livre é um fator marcante em nossa sociedade. Conhecer parece ser o objetivo de muitos, atualmente. Novos lugares, novas culturas e, principalmente, sair por um determinado tempo da rotina, é o início desta busca por satisfação, relaxamento, divertimento, ou mesmo fuga da realidade. Desperta o imaginário e o interesse do ser humano. Sair da rotina em busca do novo parece ser o objetivo de muitos.

Entende-se que o turismo apresenta diversas funções, dentre as quais a de promover o descanso, o revigoramento, o conhecimento de novas culturas e ambientes. Portanto, estas não se resumem somente a passeios estereotipados ou a confinamentos em hotéis. Contemporaneamente, o turismo associado à questão ambiental é um dos maiores mobilizadores de fluxos turísticos e renda. Neste contexto, destacam-se os parques urbanos, como espaços historicamente consolidados, demandados frente ao processo urbano. Percebe-se que tais espaços na maioria das cidades não são planejados, nem pautados a partir da lógica da acessibilidade e da diversidade social (moradores e/ou turistas).

Os parques urbanos emergem, de acordo com Fischer *et al.* (2018), na Europa no século XIX. Tinham naquele momento uma funcionalidade utilitarista associada à saúde pública, à higienização social e ao lazer. Dentre as múltiplas funcionalidades, Rocha e Gastal (2016)

ênfatisam o seu uso associado ao turista cidadão⁴, o que Ficher *et al.* (2018) identificam como o *voyeur* que percorre a cidade. Há que se estabelecer ações que impulsionem os frequentadores de tais espaços para além da contemplação, estimulando-se interações específicas entre indivíduo e natureza.

Asato, Dorsa e Rech (2016) ênfatisam, ao analisarem o Parque Urbano do Prosa em Mato Grosso do Sul, que tais espaços são *loci* ideais à prática do turismo pedagógico. Tal segmentação, segundo os mesmos autores, consiste em “[...] atividades fora da sala de aula, por meio da vivência na prática, em atividades de campo, em áreas rurais e/ou urbanas. O lazer acaba se tornando vínculo de instrumento pedagógico” (ASATO; DORSA; RECH, 2016, p. 36). Rodrigues e Santos (2018) ressaltam ainda que os parques urbanos públicos ou não são espaços que vêm ao longo do tempo sendo pauta de interesses de usos ideológicos e de disputas pelo seu uso, permeadas por interesses privativos, lucrativos e de relações de poder.

Na Amazônia, os parques urbanos se constituem uma existência consolidada. Novos papéis e desafios se apresentam para sua sustentabilidade. Há que se estabelecer um planejamento e uma gestão integrados que colaborem para a manutenção destes espaços e para suas possibilidades de uso, principalmente os jardins botânicos. Estes mostram-se verdadeiros espaços museais, Museus vivos que contribuem para conservação da biodiversidade.

OS JARDINS BOTÂNICOS E SEUS MÚLTIPLOS USOS

Como um dos tipos de área protegida, os jardins botânicos vinculados aos parques urbanos apresentam-se em contextos, dimensões e características diferentes. Conforme os escritos de Veiga, Tombolato e Colaferri (2003), o termo jardim tem origem nas palavras hebraicas *gan*, que significa proteger, defender, e *eden*, que significa prazer. Nos textos bíblicos, o surgimento dos jardins se confunde com o da própria humanidade por ocasião da criação do Jardim do Éden.

Nos termos de Rocha e Gastal (2016, p. 91), os primeiros jardins botânicos surgiram no século XV, “[...] em decorrência das grandes navegações daquele período, pois os navegadores no seu retorno traziam consigo espécies vegetais. Essas eram então depositadas em áreas fechadas para aclimação”. De acordo com as autoras, tais espaços têm como objetivo desenvolver atividades de pesquisa, manutenção da biodiversidade, preservação do ambiente natural. A isso somam-se as questões educacionais, sociais e estéticas.

Sanjad (2010) assevera ao tratar acerca dos jardins botânicos luso-brasileiros que no século XVIII muitos jardins foram criados, com funções múltiplas, principalmente associadas aos interesses políticos e econômicos. Em suas palavras:

França, Holanda, Inglaterra, Áustria e Espanha são alguns dos países que instalaram redes de jardins botânicos nos seus territórios nacionais e coloniais, articuladas a partir de um estabelecimento central, vinculado à coroa, e em competição com outros países pelo número de espécies vegetais domesticadas, sobretudo as de interesse econômico, pelo domínio do conhecimento sobre o cultivo dessas espécies, pelo controle de rotas comerciais e pelo abastecimento de mercados consumidores (SANJAD, 2010, p. 20).

4 Indivíduo que percorre a sua cidade de residência para conhecer espaços e lugares “estranhos” que também são frequentados por turistas (GASTAL; MOESCH, 2007).

No Brasil, o primeiro jardim botânico foi criado no século XVII em Recife (PE), por Maurício de Nassau, junto ao Palácio de Friburgo, entre 1637 e 1644 (PEREIRA; COSTA, 2010). Entretanto, com a saída dos holandeses do território brasileiro, foi destruído na guerra com os portugueses.

Projetado pelos irmãos Pieter e Franz Post, o ‘jardim do Conde’ já aparece integrado – em meados do século XVII – a um espaço urbano ordenado e de caráter laico, juntamente com um observatório astronômico, um museu, um zoológico e um aquário [...]. Não obstante o curto período da dominação holandesa e o fato de todo o conhecimento científico se tornaria cada vez mais utilizado por vários países no processo colonizador, inclusive pelos holandeses em outras de suas experiências coloniais (SANJAD, 2011, p. 11).

Na Capitania do Grão Pará e Rio Negro, em 1798, por ordem da Coroa, foi criado por D. Francisco de Souza Coutinho “[...] o único jardim botânico, que de fato funcionou no período colonial, chamado Horto São José” (HEYNEMANN, 2017, p. 1) (Figuras 1 e 2). Este tornou-se “[...] modelo a ser seguido pelas demais capitanias” (SANJAD, 2010, p. 20) e referência internacional, por sua importância econômica, suas pesquisas e formação de jardineiros hábeis. Sobreviveu até 1870, e, apesar da falta de vestígios físicos de sua existência, foi um relevante marco urbano para os habitantes e para o espaço de sociabilidade.

Figura 1: Plano geral da cidade do Pará em 1791⁶



Fonte: Freire, 1791. Acervo Biblioteca Nacional.

5 Também denominado Jardim Botânico do Grão Pará (PEREIRA; COSTA, 2010) e Jardim de São José (SANJAD, 2001).

6 “[...], tirado por ordem do Ilmo e Exmo Snr. D. Francisco de Sousa Coutinho, Governador e capitão general do estado do Grão-Pará e Rio Negro: levantado pelo tenente coronel de Artilharia com exercício do engenheiro Teodósio Constantino de Chermont”. Também denominado Jardim Botânico do Grão Pará (PEREIRA; COSTA, 2010) e Jardim de São José (SANJAD, 2001).

Figura 2: Plano Geral da Cidade do Pará em 1791, assinado por Theodosio Constantino de Chermont⁷



Fonte: Sanjad (2001).

Em 1808, com a vinda da família real portuguesa, foi criado o mais antigo jardim botânico brasileiro em funcionamento, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, considerado um dos mais importantes do mundo. Em seu acervo, há espécies de vários ecossistemas do país, inclusive da Pan-Amazônia⁸. Com 212 anos de existência, vem ao longo do tempo tornando-se referência nas mais diversas áreas da pesquisa, da educação e do lazer.

De acordo com o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), entende-se da seguinte maneira a noção de jardim botânico:

Área protegida, constituída no seu todo ou em parte, por coleções de plantas vivas cientificamente reconhecidas, organizadas, documentadas e identificadas, com a finalidade de estudo, pesquisa e documentação do patrimônio florístico do País, acessível ao público, no todo ou em parte, servindo à educação, à cultura, ao lazer e à conservação do meio ambiente (BRASIL, 2003, p.1).

Seus objetivos são:

I - promover a pesquisa, a conservação, a preservação, a educação ambiental e o lazer, compatível com a finalidade de difundir o valor multicultural das plantas e sua utilização sustentável;

II - proteger, inclusive por meio de tecnologia apropriada de cultivos, espécies silvestres, ou raras, ou ameaçadas de extinção, especialmente no âmbito local e regional, bem como resguardar espécies econômica e ecologicamente importantes para a restauração ou reabilitação de ecossistemas;

III - manter bancos de germoplasma *ex situ* e reservas genéticas *in situ*;

⁷ No destaque, o local onde foi demarcado o Jardim Botânico do Grão-Pará, em 1798, ao lado do antigo convento São José.

⁸ Formada pelo Brasil, Colômbia, Peru, Venezuela, Equador, Bolívia, as Guianas e o Suriname.

IV - realizar, de forma sistemática e organizada, registros e documentação de plantas, referentes ao acervo vegetal, visando plena utilização para conservação e preservação da natureza, para pesquisa científica e educação;

V - promover intercâmbio científico, técnico e cultural com entidades e órgãos nacionais e estrangeiros;

VI - estimular e promover a capacitação de recursos humanos (BRASIL, 2003, p. 1).

No entanto, muitos dos jardins botânicos, por problemas de gestão, insuficiência de recurso e pessoal, têm dificuldade para atingir tais objetivos. Seja por não serem priorizados no âmbito da política pública, seja pelo fato mau uso dos espaços naturais pelo público visitante.

Ao traçar uma retrospectiva histórica dos jardins botânicos e parques urbanos, Raimundo e Sarti (2016, p. 3) evidenciam que nos últimos 150 anos estes vêm sofrendo grandes mudanças, transformando-se em “[...] expressões de luta pelo direito à cidade e às práticas de lazer e turismo”. Associado a isso esses jardins e parques “[...] refletem um ideal e um imaginário sobre a natureza e meio ambiente dos cidadãos, na tentativa de reencontrar ou religar-se à natureza” (SARTI, 2016, p. 5). Tornam-se reguladores dos serviços ambientais para os urbanos, sofrendo também pressões antrópicas de todas as ordens, a exemplo do Jardim Botânico Bosque Rodrigues Alves e do Parque Zoobotânico do Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém (PA).

A utilização dos jardins botânicos por parte da atividade turística possibilita um contato, uma relação direta com a natureza, podendo proporcionar a dinamização de reflexões e mudança de comportamentos em prol da valorização e preservação ambiental, levando-se assim a uma educação conservacionista (AULICINO, 1999). O turismo também contribui para a divulgação dos jardins, gerando dois desdobramentos: o incentivo à conservação e a geração de renda. O planejamento integrado é a metodologia para a minimização dos efeitos deletérios do turismo, devendo envolver órgãos públicos, profissionais do lazer e do turismo, setor empresarial e comunidade do entorno.

Gastal e Silva (2015) informam que o uso dos jardins e parques pelo turismo faz emergir o “turismo de jardins” que está em expansão desde 1990. Tal segmento eclode em Portugal, na Grã-Bretanha, Nova Zelândia e África do Sul em função da disponibilidade de jardins lá existentes. O uso destes para fins de lazer contemplativo remonta ao século XVII. Paulatinamente, neles foram incorporados outros equipamentos para o lazer ativo.

No entendimento de Beni (2004), a inclusão dos jardins botânicos na lista de categorização de atrativos turísticos se dá em decorrência de esses espaços serem concebidos como instituições que são destinadas à conservação e à multiplicação de espécies animais e vegetais, e que visam, além da preservação destas, a visita pública. Essa visita pode ser realizada tanto por moradores do entorno como por turistas. Também, de acordo com Beni (2004), esses espaços são considerados equipamentos turísticos, que contam com áreas destinadas ao lazer com tratamento paisagístico.

Nos termos de Segawa (1996), o tratamento paisagístico dispensado aos jardins botânicos acarreta, além das funções ambientais, um importante papel na estética da cidade. Tornam-se espaços de relaxamento diante do estresse diário que acompanha a vida cidadina, por meio da contemplação da paisagem e do contato com a fauna e a flora, bem como de valorização da natureza existente.

Vaz (2003) informa que os jardins botânicos como espaços de lazer passam a ter as seguintes funções: a função educativa, adquirida a partir do contato com os ecossistemas, fauna e flora, também com objetos de pesquisa presentes no espaço; a função pedagógica, pois o indivíduo passa a adquirir novos conhecimentos, experiências e memórias. Os jardins, neste último caso, exercem a função de um ensino não formal, de troca de conhecimento e informação; a função integrativa, produto do planejamento das visitas por parte dos indivíduos e dos gestores que frequentam tais espaços, seja em grupo ou individualmente. Nos espaços, trilhas e outras atividades são dinamizadas para estes, integrando-os entre si e com o ambiente.

Além destas, outras funções são citadas por Vaz (2003): a função cultural se estabelece a partir das histórias e memórias do acervo presente nos jardins botânicos, desde a sua criação até as instalações/e ou exposições existentes. Desse modo fomenta e/ou fortalece o sentimento de pertencimento; a função compensadora se efetiva a partir da visita a estes espaços a qual auxilia, pelo contato com a fauna e a flora, na recuperação dos desgastes do cotidiano (VAZ, 2003). Assim, também estimula a valorização da natureza e a modificação de comportamentos.

Ao adentrar em um jardim botânico, o visitante estabelece uma relação com a natureza local, podendo perceber as diferenças existente entre este e as grandes cidades, assim como o poder de seus atrativos. “É por meio do lazer que os sujeitos usufruem das diversas modalidades de áreas verdes como parques, passeios, jardins e de uma variedade de tipos de áreas protegidas [...]. O contato com a natureza propicia conforto e bem-estar, satisfação psíquica e física” (OLIVEIRA; CAMPOS, 2019, p. 147). Como espaços públicos, considerados também patrimônio culturais, merecem proteção e devem ter uma legislação efetiva que os ampare, sendo conservados e mantidos tanto pela gestão pública quanto pela sociedade.

Em Belém, tais espaços funcionam como lócus de entretenimento, educação, memórias e sensibilização ambiental. “A busca pelos jardins nas sociedades contemporâneas deixa de se dar como excepcionalidade e passa a integrar a vida cotidiana das cidades” (GASTAL; ROCHA; CASTROGIVANNI, 2018, p. 184). Evidenciam-se como espaços que podem proporcionar contato com a natureza, atingindo diferentes camadas sociais, seja para diversão, (re) encontros significativos, relaxamento, prática de exercícios, fins científicos ou memórias. Os jardins botânicos são espaços singulares e complexos no cotidiano urbano que oferecem condições para manter viva a relação indivíduo e natureza dentro do contexto urbano.

O BOSQUE RODRIGUES ALVES JARDIM BOTÂNICO DA AMAZÔNIA E O PARQUE ZOOBOTÂNICO DO MUSEU EMÍLIO GOELDI

Segundo a Prefeitura Municipal de Belém (s/d), José Coelho Gama de Abreu - o Barão do Marajó – ao encantar-se com um parque tradicional parisiense, o “Bois de Bolongne”, projetou uma réplica para a Amazônia paraense, o Bosque Rodrigues Alves, durante o apogeu da borracha (Fotografia 1)⁹. O espaço foi inaugurado como parque municipal em 25

9 Nesse período, conhecido como *belle époque* (1870 a 1915), a economia da borracha promoveu intensas modificações econômicas e estruturais em cidades amazônicas, principalmente em Belém e Manaus.

de agosto de 1883, com uma área de 15 hectares, a qual ainda continua a abrigar múltiplas espécies da fauna e flora do ecossistema amazônico. Retrata a oportunidade de visitantes do Brasil e do exterior, bem como de pesquisadores e habitantes locais, conhecerem um ambiente natural, uma espécie de “laboratório vivo” localizado no bairro do Marco.

Fotografia 1 – Chafariz, Bosque Rodrigues Alves



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

No ano de 2002, o Bosque Rodrigues Alves enquadrou-se na categoria de jardim botânico, com base na Resolução n. 266 de 03 de agosto de 2000, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), por apresentar características mínimas exigidas para tal. Segundo Viana (2004), o bosque configura-se como um importante patrimônio genético formado por aproximadamente 4.987 árvores, que representam significativamente espécies da flora regional. É gerido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

A fauna do Bosque Rodrigues Alves foi se constituindo ao longo do tempo em fauna livre, fauna em cativeiro e fauna em semicativeiro. No local é possível observar de perto diversos tipos de animais, como pássaros, corujas e gaviões, uma grande variedade de mamíferos, como macacos, preguiças e cutias, de quelônios aquáticos, como tracajás, peremas e muçuãs, além de uma quantidade incontável de jabutis e peixes, dadas as dimensões do lago existente em seu interior. Como Jardim Botânico brasileiro adquire uma função relevante na defesa da biodiversidade e da sociodiversidade amazônica.

É um espaço público importante para uso da cidade e um influenciador da atividade turística na perspectiva de responder às demandas de lazer advindas do processo de industrialização e de suas consequências, como a relação lazer-trabalho (BAHIA, 2012, p. 19) Nestes termos, o trabalho exerce o ponto central e o lazer é compreendido como “tempo livre” em relação àquele (Fotografia 2). A representação dos espaços públicos da cidade Belém decorrente dessa dinâmica criou necessidades de áreas verdes voltadas para o lazer, as quais são escassas.

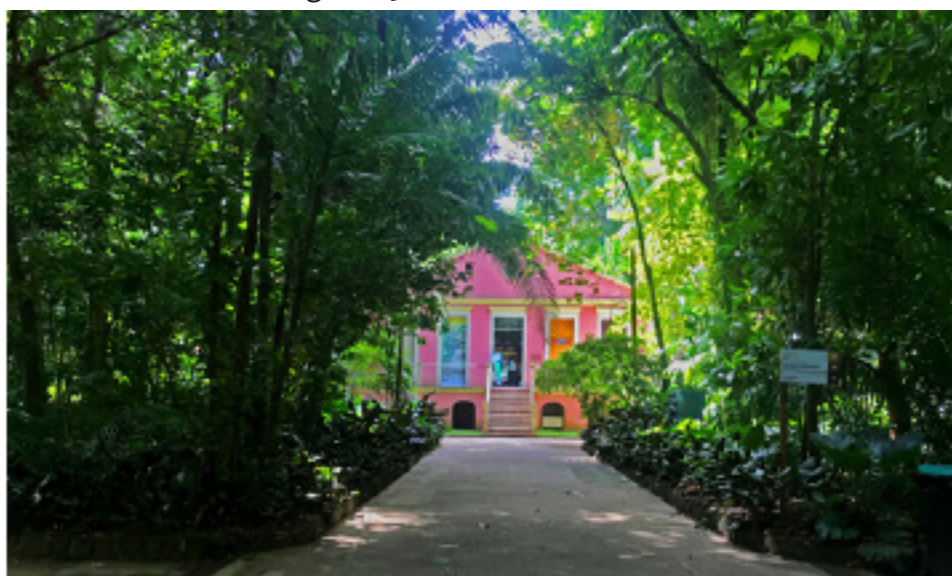
Fotografia 2 – Uso do Bosque Rodrigues Alves



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

O Museu Paraense Emílio Goeldi foi criado, por sua vez, em 06 de outubro de 1866, pelo naturalista Domingos Soares Ferreira Penna, com o objetivo de estabelecer uma instituição de pesquisa na Amazônia Fotografia 3. O nome do museu foi dado em homenagem ao cientista Emílio Goeldi, pessoa de extrema importância para a ciência brasileira e um dos diretores responsáveis pela instituição. É gerido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do Brasil, sendo uma das mais importantes instituições de pesquisa do país.

Fotografia 3 – Museu Emílio Goeldi



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

De acordo com Quadros (2019), possui quatro estruturas físicas: o Parque Zoobotânico, o Campus de Pesquisa, situados no município de Belém; a Estação Científica Ferreira Penna, na Floresta Nacional de Caxiuanã, no município de Melgaço, no Pará; e o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal, em Cuiabá, Mato Grosso. Tais estruturas dão suporte às atividades de pesquisa e educação desenvolvidas nas áreas das ciências humanas, ciências naturais e ciências da terra.

O Parque Zoobotânico tem uma área de 5,4 hectares. Foi criado em 1895, pelo próprio Emílio Goeldi, visando a manutenção e a preservação da flora e fauna amazônica, e, ao mesmo tempo, atuando como elemento incentivador de pesquisa, educação e lazer dos habitantes de Belém. A área do Parque – localizada no bairro de São Braz – pode ser compreendida à luz de Sarti (2009, p. 47) como floresta urbana, isto é, “[...] como um sistema constituído por toda a vegetação e arborização urbanas, enfatizando os usos e benefícios sociais que podem atingir o conjunto da população abrigada na cidade, assumindo o status de bem público”.

Atualmente, o Parque Zoobotânico apresenta três coleções que podem ser visitadas e conhecidas (MUSEU, 2020): 1) flora: a qual contém aproximadamente 500 espécies botânicas, num total de mais de dois mil indivíduos, incluindo plantas relevantes desde o ponto de vista científico até econômico, podendo ser visualizadas árvores de alto porte e/ ou até mesmo plantas aquáticas; 2) Fauna: a qual dispõe de aproximadamente 80 espécies de animais, totalizando mais de três mil animais, em cativeiro (Fotografia 4) e em liberdade. Apresenta a funcionalidade de espaço de investigação, assim como de sala de aula sobre o habitat amazônico.

Fotografia 4 – Fauna do Museu Emílio Goeldi



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Nesta coleção e conforme Museu (2020), é possível ainda se observar peixes, mamíferos, aves, e até mesmo animais em extinção, como a arara-azul e a onça; e 3) Prédios e

monumentos presentes no Parque: que é um espaço de cultura e memória, o qual reúne a história da ciência na Amazônia com monumentos, edificações e vultos em tamanho natural de pessoas famosas e anônimos que contribuíram para a instituição.

O Museu Goeldi é uma referência na história natural e social da Amazônia. Segundo Viana (2004), seu Parque Zoobotânico realiza como instituição de pesquisa diversas atividades, sejam estas de caráter científico ou não, com o objetivo de disseminar e propagar conhecimentos diversos acerca da Pan-Amazônia e simultaneamente de disponibilizar à sociedade os resultados de suas pesquisas científicas, para que todos possam conhecer, valorizar e conservar as riquezas da região amazônica.

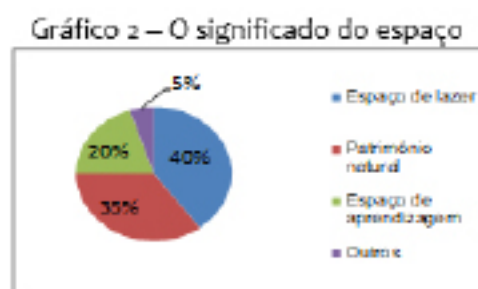
RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como parques urbanos, segundo Cardoso e Figueiredo (2014), os jardins botânicos ofertam aos indivíduos um retorno à natureza, à prática do lazer, da cultura e do turismo, fato este cada vez mais incomum e distante dos habitantes dos grandes centros urbanos. Em Belém, os dois jardins botânicos existentes e estudados exercem papel importante na preservação e conservação da natureza, no desenvolvimento de práticas educativas ambientais e de lazer, e no incentivo à pesquisa científica no que se refere à biossociodiversidade da região amazônica.

Em vista disso, a pesquisa realizada em 2019 nos dois jardins botânicos paraenses avaliou a correlação entre a prática do lazer, a atividade turística e a disponibilidade de áreas naturais urbanas. Com relação ao Jardim Botânico Rodrigues Alves constatou-se que as principais motivações da visita, conforme Gráfico 1, são o lazer (50%), seguido pela busca de conhecimento da área (35%) e da prática de esportes (10%). Quanto ao significado do referido jardim, nota-se no Gráfico 2 que, para a maior parte dos entrevistados, o espaço significa lazer (40%), em seguida a representação de patrimônio natural (35%) e espaço de aprendizagem (20%).



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Os dados acima sinalizam que a área está voltada primordialmente para o desfrute do lazer. A redução da presença da natureza no interior das metrópoles faz com que praças e parques, inclusive os jardins botânicos, tornem-se espaços especializados para o aproveitamento de um lazer qualificado, tanto para moradores como para visitantes. As pessoas estão cada vez mais em busca de formas de lazer alternativas à vida cotidiana do trabalho, em busca de tranquilidade e do lazer por meio da natureza.

Para Silva e Biondi (2013), a prática do lazer nos jardins botânicos responde aos anseios da população urbana do século vigente, em estar em contato com a natureza em espaços

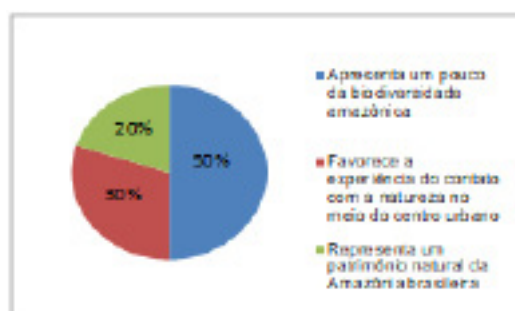
de lazer que proporcionem um escape ao estresse diário e uma melhor qualidade de vida. Portanto, na concepção de alguns entrevistados, suas vivências possuem significados relacionados à possibilidade de acesso e do desfrute de uma área verde urbana, onde ainda é possível ter contato direto com a natureza e uma perspectiva de melhoria da qualidade de vida, uma vez que atribuem valor ao uso público de tais lugares.

Notou-se no decorrer da pesquisa que o público frequentador do Bosque Rodrigues Alves é composto, sobretudo, pelo público feminino e pelos moradores de Belém, e da Região Metropolitana. Esses acessam a área nos sábados, domingos e feriados, como alternativa para o lazer. Algumas vezes, é composto de famílias inteiras, visando principalmente a diversão do público infantil em espaços verdes.

Durante a pesquisa, encontravam-se no lugar frequentadores de faixas etárias diversas [crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos] e de ocupações profissionais diferentes. Dentre estes, têm-se bancários, educadores, militares, estudantes, autônomos, donas de casa, dentre outras. Ademais, percebeu-se a diversidade de usos e práticas no espaço público, com base nos variados perfis de visitante: turistas, jovens e famílias com crianças.

Todos os entrevistados foram convidados a responder às perguntas: Para você, o Bosque Rodrigues Alves Jardim Botânico da Amazônia é um atrativo turístico? Se sim, por quê? Você indicaria a visita do espaço? Conforme o Gráfico 3, todos foram unânimes em responder que o respectivo local é um atrativo turístico. Grande parte respondeu que a área apresenta um pouco da biodiversidade (50%); que é um espaço que favorece a experiência do contato com a natureza no meio do centro urbano (30%); e, por fim, que é a representação de um patrimônio natural da Amazônia brasileira (20%).

Gráfico 3 – Bosque Rodrigues Alves como atrativo turístico



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

O Bosque – como é comumente conhecido – apresenta sob o viés da atividade turística, conforme Cardoso e Figueiredo (2014) e Bahia (2012), uma grande significação, uma vez que comporta símbolos e atributos que o qualificam como locus de experiência da história, da memória e da cultura amazônica, representada nos monumentos existentes e na arquitetura centenária; e uma vez que acomoda uma relevante variedade de espécies da fauna e flora amazônica, a qual proporciona o contato do visitante direto com o ecossistema amazônico em pleno meio urbano.

Um ponto de destaque é que, embora haja a potencialidade turística, não se observou durante o estudo visitantes agenciados acompanhados de guias. O que se notou na

verdade foram visitantes transitando sozinhos ou em grupos reduzidos, acompanhados de parentes ou amigos, desvendando o Bosque de modo autônomo. Aliás, compreende-se que seu potencial turístico poderia ser melhor aproveitado, pois, embora o respectivo Jardim Botânico seja divulgado como atrativo turístico da cidade em decorrência de seu valor histórico, paisagístico e turístico, não se faz presente nas rotas dos passeios turísticos que são realizados pelo centro histórico da cidade – os denominados “city tours” – comercializados pelas agências de turismo receptivo.

Para Silva e Carvalho (2013), os jardins e a sua visita integram um fenômeno do turismo cultural e do lazer da sociedade vigente. Esta observação aponta para a necessidade de uma reflexão mais aprofundada sobre o percurso desses espaços, desde a dimensão patrimonial institucionalizada no quadro de alguns documentos e ações internacionais e nacionais. Nesta direção, até a significância que os jardins têm adquirido como instrumento turístico e / ou lúdico, no contexto da atividade turística e dos próprios territórios onde encontram-se inseridos há de ser ressaltada.

Em uma análise à luz do turismo, considera-se que o Bosque Rodrigues Alves apresenta um conjunto de qualidades, as quais podem ser experienciadas, conhecidas e exploradas. De acordo com Silva e Carvalho (2013), os jardins históricos, como espaços multidimensionais e multifuncionais, são cada vez mais procurados como territórios de visita e de atividades diversas. E nesse sentido, são essenciais na preservação e no fortalecimento da memória cultural e da identidade coletiva de uma sociedade.

No que se refere à indicação de visita ao Bosque Rodrigues Alves, todos os entrevistados responderam positivamente. Alguns participantes destacaram que, ao adentrar no Bosque, o visitante não realiza meramente uma visita a um ambiente natural, mas também passa a ter uma vivência em plena floresta amazônica, o que motiva a reflexão e as ações em prol da proteção e conscientização ambiental.

Acredita-se, em consonância com Gastal e Fagundes (2015), que os jardins botânicos são espaços para além de suas funções básicas, sejam elas científica, educacional, social, estética, histórica, cultural e ecológica, dentre várias outras que poderiam ser enumeradas. Na realidade, constituem-se em espaços de construção de pertencimento, que não de conduzir a uma cidadania ativa, não apenas no local contextualizado. De fato e no sentido colocado, por Edgar Morin (2012), contribuirão com a formação de uma cidadania de responsabilidade planetária.

Portanto, a visita ao Bosque Rodrigues Alves revela necessidades funcionais da população, como a prática de esportes e a integração entre os seres para o alcance da qualidade de vida. Associa-se a área à ideia de qualidade ambiental para, na totalidade, atingir a qualidade da sustentabilidade urbana.

O Parque Zoobotânico do Museu Emílio Goeldi, por sua vez, apesar de ser distinto quanto à missão, aos objetivos e à gestão administrativa, apresenta resultados semelhantes relativos aos aspectos analisados no Bosque Rodrigues Alves Jardim Botânico da Amazônia. Nele há um fluxo relevante de visitantes, seja durante a semana ou nos finais de semana.

Quanto à motivação da visita ao Goeldi e o seu significado para os frequentadores, observou-se, conforme Gráficos 5 e 6, que o principal motivo que leva à procura da respectiva área verde é a prática do lazer (55%), seguida da busca de conhecimento (40%) e da prática de esportes, da meditação, do interesse botânico, do descanso, entre outros (5%).

A representação do Parque Zoobotânico do Museu Emílio Goeldi, conforme Gráficos 5 e Gráfico 6, é dada, primordialmente, pelo lazer. Este é a principal razão para visitação do espaço e o significado primordial para aqueles que o frequentam (50%), seguido do simbolismo de ser um espaço de preservação ambiental (40%) e da representação de lócus de aprendizagem (10%).



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

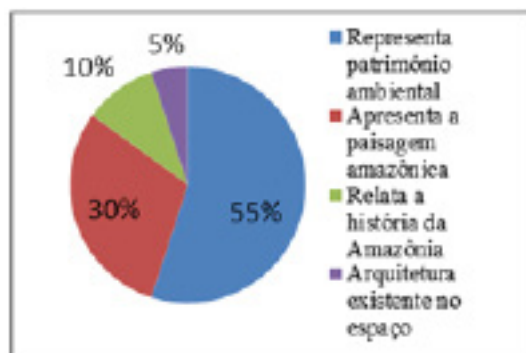
Essa representação de significados pode ser compreendida como um reflexo da escassez de áreas naturais direcionadas para o lazer na capital belenense, sobretudo para as classes menos favorecidas, e, como consequência da expansão urbana, que proporciona um distanciamento das áreas naturais. Para Oliveira e Campos (2019), as experiências de lazer em áreas verdes como parques, praças e jardins é uma constante nas cidades. A visitação a jardins e parques caracteriza-se como uma das expressões modernas da busca pela natureza na cidade.

Como locus de aprendizagem e além de exercer um papel fundamental no diálogo e nas ações de conservação da biodiversidade do planeta, o Parque Zoobotânico do Museu Emílio Goeldi adota também a pesquisa e a educação ambiental como ferramentas para seu alcance se dê com mais ênfase. Realiza parcerias com variadas instituições e com seu próprio entorno. É uma instituição de referência nos estudos e nas pesquisas para a conservação da diversidade biológica animal e vegetal e das relações socioambientais que as envolvem, bem como na divulgação científica e na significação de espaço de lazer no centro urbano.

Com relação à atividade turística, os entrevistados foram convidados a responder e justificar se o Parque Zoobotânico em questão é um atrativo turístico; e se indicariam a visitação ao respectivo espaço. Todos os participantes identificaram-no como uma atração turística. A principal justificativa, conforme Gráfico 7, seria sua representatividade como patrimônio ambiental (55%), seguida pelo fato de apresentar a paisagem amazônica (30%), de ser reconhecido como um incentivador do turismo que relata a história da Amazônia brasileira (10%), e de a arquitetura histórica existente no espaço ser um atrativo turístico (5%).

A área é detentora de um patrimônio natural e cultural singular em pleno centro urbano da capital paraense, fator este de expressiva atratividade para turistas advindos dos mais diversos lugares do Brasil e do mundo. O “Museu Goeldi” é, como é popularmente conhecido, também lugar de referência para admiração e passatempo dos habitantes locais. E isso ocorre via programas, projetos e ações relacionadas ao meio ambiente, à cultura e ao turismo, que incentivam as múltiplas funções do respectivo espaço.

Gráfico 6 – Museu Goeldi como atrativo turístico



Fonte: Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

No entendimento de Gastal et al. (2018), cada jardim botânico deve ser considerado e tratado como um museu vivo que, para além da materialidade de seus acervos, apresenta-se como repleto de histórias e simbologias naturais e culturais. Esses espaços, conforme Gastal e Fagundes (2015), representam uma tendência educacional para as comunidades nas quais se encontram estabelecidos. Também, atuam como atrativos para atividades ao ar livre, em que moradores do seu entorno e turistas buscam, sobretudo, conhecimentos, aproximação maior com a natureza e lazer qualificado.

Infere-se a necessidade de uma proposta que promova a educação para a sustentabilidade, no contexto dos jardins botânicos, precisamente, segundo Santos e Simonian (2017), embasada em uma abordagem que busque destacar a perspectiva ecológica da crise ambiental, as práticas sociais e a construção de um futuro sustentável. Aliás, acredita-se que é fundamental aos cidadãos, e consequentemente aos turistas, a conservação e a construção de áreas verdes como os jardins botânicos, por serem uma extensão com fragmentos de natureza no centro urbano, convertendo-se em um espaço de usufruto, contemplação e agrado.

Evidencia-se a ideia de que o aproveitamento turístico em jardins botânicos e áreas de conservação sustenta-se com as mesmas rogativas do retorno ao natural e do contato com a meio ambiente, mesmo quando há inserção do ser humano, oportunizando uma experiência singular dentro da cidade. Em vista disso, esta procura de vivência nestas áreas suscita o reconhecimento e o entendimento da relevância do ambiente natural no contexto em que se vive.

CONCLUSÃO

Na contemporaneidade, há um certo distanciamento na relação mundo natural e grandes cidades, ocasionado pelos processos de urbanização e industrialização. A expansão do tecido urbano vem contribuindo para esta desaproximação, bem como limitando as alternativas de lazer em ambientes naturais, sobretudo nas grandes urbes. Esses espaços, quando existentes em áreas urbanas, consistem em reduzidas extensões naturais, geradas para satisfazer as necessidades de lazer e turismo. Nessa perspectiva, novas formas de lazer e turismo vêm sendo buscadas, principalmente aquelas que oportunizam o contato com a natureza.

Nas cidades, nos dias de hoje, a carência de áreas verdes faz com que os equipamentos e atividades de lazer e turismo encontrem nos jardins botânicos um forte aliado. Estes retratam

um anseio e um imaginário acerca do ambiente natural, na tentativa de recuperar-se ou reconectar-se à natureza. Desse modo, esses espaços de uso público vêm assumindo no contexto atual os pressupostos da cidade ideal ou sustentável.

Localizados no centro da urbe belenense, o Bosque Rodrigues Alves Jardim Botânico da Amazônia e o Parque Zoobotânico do Museu Emílio Goeldi são de grande importância por constituírem-se espaços públicos com a presença da natureza no arranjo urbano. Ambos representam oportunidades de vivência aos moradores e aos turistas em seus tempos livres.

As duas instituições recebem constantemente frequentadores, seja em situação de lazer ou de turismo. Também são caracterizadas como espaços indutores de sensações variadas como: a oportunidade para um autorreconhecimento dos que ali frequentam, a conexão com a natureza e o cosmos, a contemplação de templo e paraíso perdido em meio à confusão urbana, a possibilidades de interação com o meio natural, entre outros. Ademais, são reconhecidas como espaços de produção de conhecimento científico e desenvolvimento social na Amazônia brasileira.

Do ponto de vista do lazer e da atividade turística, ambos os jardins botânicos pesquisados ainda necessitam ser mais divulgados, conhecidos e estudados, para que as pessoas possam adquirir conhecimentos acerca de sua importância, sobretudo dos benefícios que essas áreas propiciam à sociedade como um todo. Ainda, há muito que se caminhar para que esses espaços sejam compreendidos como importantes equipamentos da cidade, onde os moradores e visitantes têm acesso ao direito constitucional, o direito ao lazer, agregando objetivos de conservação ambiental às práticas de cultura e lazer, para promover a melhoria da qualidade de vida nas cidades.

Os jardins botânicos configuram-se – além de promoverem a conscientização ambiental, de proporcionarem o estudo e a convivência com a biodiversidade amazônica – como um dos mais importantes equipamentos do espaço público da cidade para as práticas de lazer da população local e do turismo. Despertam em seus visitantes a sensação de sair da rotina, o contato com a natureza, e provocam, simultaneamente, não só retornos econômicos, mas principalmente socioculturais, ao contribuírem para uma qualidade melhor de vida à população urbana local e exógena.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A.V.; OLIVEIRA, M. A. B.; MEUNIER, I. M. J. Animais e plantas do horto zoobotânico do palácio de Friburgo (1639-1645), construído por Maurício de Nassau no Recife. *Filosofia e História da Biologia*, v. 6, n. 1, p. 19-35, 2011. Disponível em: <http://www.abfhib.org/FHB/FHB-06-1/FHB-6-1-02-Argus-Vasconcelos-de-Almeida_MAB-Oliveira_IMJ-Meunier.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2020.

ANDRADE, J. V. *Lazer – princípios, tipos e formas na vida e no trabalho*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ASATO, T. A.; DORSA, A. C.; RECH, R. G. Parques Urbanos e Meio Ambiente: um estudo de caso em Campo Grande – MS. *Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade*, | v. 10, n.5, Curitiba, jan - maio – 2016. Disponível em: <http://www.observatorioturismo.ms.gov.br/wp-content/uploads/2018/07/Parques_Urbanos_Meio_Ambiente_2016.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

BAHIA, M. C. *O Lazer e as relações socioambientais em Belém – Pará*. 2012. 300 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. 10. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Meio Ambiente. *Resolução CONAMA N° 339*, de 25 de setembro de 2003. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Resolucao/2003/res_conama_339_2003_jardinsbotanicos.pdf>. Acesso: em 20 jul 2020.

CARDOSO, S. L. C; FIGUEIREDO, S. L. Espaços públicos urbanos e práticas sociais: o Bosque Rodrigues Alves em Belém, PA. In: *Sociedade, campo social e espaço público*. Edna Maria Ramos de Castro, Silvio Lima Figueiredo, Organizadores - Belém: NAEA, p.131-148. 2014

CAMARGO, L.O. *O que é lazer*. São Paulo: Editora brasiliense, 1986.

COSTA, A.M. *Lazer e sociabilidade: usos e sentidos*. Belém: Açai, 2009.

DUMAZEDIER, J. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

DUMAZEDIER, J. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: SESC e Ed. Perspectiva, 2001.

FISCHER, M. L. et al. Diálogos entre bioética e saúde global: análise de usuários e usos de parques urbanos como indicadores éticos na promoção de bem-estar. *Cadernos MetrÓpole*, São Paulo, v. 20, n. 42, pp. 471-492, maio/ago 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-99962018000200471&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 26 July 2020.

FRANZINI, R. O Turismo como opção de lazer. *Revista Ciências Humanas*. Taubaté, São Paulo, v 9, n 1, pp. 7-10, jan/jun 2003.

FREIRE, J. J. Plano geral da cidade do Pará em 1791 tirado por ordem do Ilmº e Exmº Snr. D. Francisco de Sousa Coutinho Governador e capitão general do estado do Grão-Pará e Rio Negro: levantado pelo tenente coronel de Artilharia com exercício de engenheiro Teodósio Constantino de Chermont. *Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira*. [S.l.:s.n.], [1791]. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1095072/mss1095072.jpg>. Acesso em: 27 jul. 2020.

GASTAL, S.; MOESCH, M. *Turismo, políticas públicas e cidadania*. São Paulo: Aleph, 2007.

GASTAL, S. SILVA, A, V, F. Lazer, tempo e espaço: o Jardim Botânico de Porto Alegre,RS. 12 Seminário Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 2015. *Anais*. Disponível em: <<https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/12/23.pdf>>. Acesso em 7 jul. 2020.

GASTAL, S. ROCHA, V.; CASTROGIOVANNI, A.C. Jardins botânicos e turismo de jardins: pesquisa de audiência em Porto Alegre e Caxias do Sul, RS. *Caderno Virtual de Turismo – Rio de Janeiro*, v. 17, n. 1, p.170-186, abr. 2018. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1314>>. Acesso em: 27 jul 2020.

GOMES, C. L. *Lazer: trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas*. Belo Horizonte: UFMA, 2008.

HEYNEMANN, C. B. Brasil-história natural. *Glossário da história luso-brasileira*. Arquivo Nacional, 2017. Disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3082&Itemid=358>. Acesso: em 27 jul. 2020.

MARCELINO, N. C. *Estudos do lazer: uma introdução*. 2ed., Campinas: Autores Associados, 2000.

MARCELINO, N. *Lazer e esporte: política públicas*. Campinas-SP: Autores Associados, 2001.

MELO, V. de A.; ALVES JÚNIOR, E. de D. *Introdução ao lazer*. Barueri-SP: Manole, 2003.

MINAYO, M. C. de S. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Ciência, Técnica e Arte: o Desafio da Pesquisa Social*. In: *Pesquisa Social*. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORIN, E. *Cabeça bem-feita. Reformar a reforma, repensar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. *Prédio e monumentos*. Disponível em: <www.museu-goeldi.br/assuntos/colecoes/parque-zoobotanico/predios-e-documentos>. Acesso em: 31 jul. 2020.

OLIVERA, V. S.; CAMPOS, N. L. O. Dilemas do lazer em áreas protegidas: o caso do Jardim Botânico de Brasília – JBB. *Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambiental*. Rio Grande, v. 36, n. 1, p. 146-162, jan./abr. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/8712>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

PEREIRA, T. S.; COSTA, M. L. M. N. da. Os jardins botânicos brasileiros: desafios e potencialidades. *Ciência Cultura*. São Paulo, v. 62, n. 1, p. 23-25, 2010. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000967252010000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 jul. 2020.

RAIMUNDO, S.; SARTI, A. C. Parques urbanos e seu papel no ambiente, no turismo e no lazer da cidade. *Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR*, Penedo, vol. 6, n.2, p. 3-24, 2016. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/2791>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

ROCHA, V.; GASTAL, S. Turismo, interpretação patrimonial e jardins botânicos: o frequentador do Jardim Botânico de Caxias do Sul. *Revista Brasileira de Iniciação Científica*, Itapetininga, v. 3, n. 3, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.itp.ifsp.edu.br/index.php/IC/article/view/269>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

RODRIGUES, L.P.; SANTOS, C. A. J. Os parques urbanos de Aracaju/ SE – Brasil enquanto espaços públicos de lazer e turismo. *Revista Caribeña de Ciencias Sociales*, jul. 2018. Disponível em: <www.eumed.net/rev/caribe/2018/07/parques-urbanos-brasil.html>. Acesso em: 07 jul 2020.

SANJAD, N. Os jardins botânicos luso-brasileiros. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 62, n. 1, p. 20-22, 2010. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252010000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 jul. 2020.

SANJAD, N. *Nos jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Grão-Pará, 1796-1873*. 2001, 233f. Dissertação (Mestrado em Geociências). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/287055>>. Acesso em: 07 jul. 2020.

SANTOS, A. M.; SIMONIAN, L. T. L. RESEX Marinha Gurupi-Piriá e políticas públicas educacionais. *Desenvolv. Meio Ambiente*, v. 42, p. 308-327, dezembro 2017.

SEGAWA, H. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel FAPESP, 1996.

SILVA, R. R. de S.; BIONDI, D. Turismo em áreas verdes: Jardim Botânico, Curitiba, Paraná. *GEOGRAFIA*, Rio Claro, V. 38, N. 3, p. 565-572, set./dez. 2013.

SILVA, S.; CARVALHO, P. Os jardins históricos: da dimensão patrimonial ao seu potencial turístico. *Turismo & Sociedade*. Curitiba, V. 6, N. 3, p. 605-625, julho de 2013.

SIMONIAN, L.T. L. Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia. *Papers do NAEA* N° 196. 2006. ISSN 15169111.

SIMONIAN, L.T. L. Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia. In: KAHWAGE, C.; RUGGERI, S. (Org.) *Imagens e pesquisa na Amazônia: ferramentas de compreensão da realidade amazônica*. Belém: Alves. p. 15-52, 2007.

VEIGA, R. F. de A.; TOMBOLATO, A. C. F.; MURATA, I. M.; COLAFERRI, B. Jardins: origem, evolução, características e sua interação com jardins botânicos. *O agrônomo*. Campinas, 54 (2), 2002. Disponível e <https://www.researchgate.net/publication/249008477_Jardins_origem_evoluca_o_sua_interacao_com_Jardins_Botonicos>. Acesso em: 10 de julho de 2020.